

Para quem da *Reivindicação*: a experiência da dependência nos primeiros escritos de Mary Wollstonecraft

Before the *Vindication*: the experience of dependence in Mary Wollstonecraft's early writings

Sarah Bonfim Matos Nunes*

sarah_bonfim@yahoo.com.br
(Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, Brasil)

Resumo: Quando se toma consciência da própria dependência? No caso de Mary Wollstonecraft foi ao se deparar com o retrato do tirano feito por John Locke. Motivada por ele, Wollstonecraft lança mão da escrita de obras ficcionais para elaborar suas inquietações. O objetivo deste artigo é olhar para essas obras iniciais e analisar como a filósofa elabora a experiência da dependente nelas. Embora o tema da dependência feminina seja central na *Reivindicação dos Direitos da Mulher* (1792), ele já aparece de maneira embrionária nos primeiros escritos dela, publicados entre 1786-88. Nessas primeiras obras vemos a gênese de uma potente teórica política.

Abstract: When someone gets conscience about their own dependence? To Mary Wollstonecraft, it happened when she discovers John Locke's concept of tyranny. To express her concern, Wollstonecraft starts writing fictional stories. This paper's main goal is to look at these initial works and analyze Wollstonecraft as a philosopher who already elaborates on the experience of the dependent in these early books. Although female dependence is central in *Vindication of the Rights of Woman* (1792), it already appears in her early works, published between 1786 and 1788. In these books, it is possible to see the birth of a great political theorist.

Palavras-chave: Dependência; Educação; Hábitos. **Keywords:** dependence; education; habits.

DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2318-9800.v29i2p53-71>

Introdução

A dependência política, social e emocional das mulheres é explorada por Mary Wollstonecraft (1759-1797) na *Reivindicação dos direitos da mulher* (1792). No entanto, quando se amplia o escopo de leitura de suas obras, é possível observar que esse tema está presente desde as primeiras publicações. Começando por *Pensamentos sobre a educação das filhas* (*Thoughts on the Education of Daughters*) de 1786, depois por *Histórias originais sobre a vida real* (*Original*

* Bolsista de doutorado FAPESP, processo 2021/02257-5. Agradeço ao apoio do grupo de filosofia política da Unicamp, em especial às colegas Cristiele Amorim e Nathalia Rodrigues da Costa pela revisão cuidadosa e sugestões preciosas.

Stories from Real Life) de 1787 e *Mary, uma ficção (Mary, a Fiction)* de 1788, nessas obras, Wollstonecraft narra como é a experiência da dependência feminina diante dos homens, destacando as consequências dessa situação e a necessidade de desnaturalização de tal condição.

A precoce elaboração da dependência feminina como um problema de importância filosófica é resultado de dois fatos. O primeiro, são os estudos filosóficos independentes empenhados pela filósofa. De acordo com Charlotte Gordon (2020, p. 59), a filosofia de John Locke (1632-1704) é imprescindível para oferecer fundamentos teóricos para que Wollstonecraft elabore o descontentamento com o próprio pai, em especial, o retrato do tirano feito pelo filósofo. Em *Segundo tratado sobre o governo civil*, Locke define tirania como:

o exercício do poder além do direito, a que ninguém pode ter direito. Consiste ela em fazer uso do poder que alguém tenha nas mãos não para o bem daqueles que estiverem submetidos a esse poder, mas para sua vantagem própria, distinta e privada (Locke, 1689/2005, pp. 561).

Quando comparamos essa definição de tirania com a concepção que Wollstonecraft estabelece sobre afeto parental, em *Reivindicação dos direitos da mulher*, essa hipótese de Gordon se confirma. Para a filósofa, o amor dos pais só ocorre em virtude do interesse deles em criar seus filhos visando benefícios próprios. Logo, o que era para ser um afeto genuíno entre pais e filhos, se torna uma relação de dominação e obrigação. Recorre-se à denominação de afeto, quando na verdade, quer-se tyrannizar com impunidade. Nas palavras dela:

Na maioria das vezes, os pais amam os filhos do modo mais brutal e sacrificam cada dever seu para promover o progresso deles no mundo, para promover - tal é a perversidade dos preconceitos inescrupulosos - o futuro bem-estar dos próprios seres cuja existência atual eles amarguram com o mais despótico abuso de poder (Wollstonecraft, 1792/2016, p. 192).

Quando à hipótese de Gordon, acrescento que Wollstonecraft observa um efeito em escala desse comportamento tirânico normalizado entre pais e filhos. A relação entre marido e mulher, por exemplo, também apresenta exemplos nítidos de como as relações baseadas em abuso de poder danificam todo tecido social. A mulher é ensinada apenas a obedecer ao seu marido e a ser agradável para ele. Quando lida com outras pessoas de seu convívio, especialmente aquelas que lhes prestam serviço, essa mulher tende a tyrannizá-los “para sustentar uma superioridade que se apoia apenas na distinção arbitrária da sorte” (idem, p. 92).

O segundo fato é decorrente da atividade intelectual da filósofa dentro do círculo dos Dissidentes Unitarianos de Newington Green. Liderados por Richard Price (1723-1791), os dissidentes desse bairro ao norte de Londres eram conhecidos como radicais por sua resistência aos poderes que poderiam desembocar em tirania

e despotismo (cf. Robbins, 1968). Price em seus discursos enfatiza a natureza da liberdade, destacando a sua importância no exercício do pensamento, focando principalmente na liberdade religiosa. Além disso, Price questiona a colonização britânica, advoga pela liberdade dos povos das colônias e pela extensão de direitos a todos eles. Como uma aprendiz, Wollstonecraft absorve os argumentos de Locke e Price para, mais tarde, reelaborá-los à luz da condição das mulheres.

Inserida nesse contexto questionador e imbuída de suas próprias inquietações, Wollstonecraft propõe uma análise voltada para as minúcias do cotidiano. Ela faz da experiência feminina um problema teórico, uma proposta inovadora em seu círculo intelectual, que voltava o olhar apenas para os problemas de grandes proporções, como era o caso de um tirano em um Estado. Ao identificar como tirania o modo com o que os homens atuam contra as mulheres, estabelecendo uma relação de opressão e subordinação, além de incapacitá-las física e intelectualmente, Wollstonecraft coloca em pauta a amarga condição de dependência feminina no debate público.

O meu objetivo nesse artigo é o de defender que a relação entre a temática da dependência e a emancipação das mulheres começa a ser elaborada nas primeiras publicações de Mary Wollstonecraft. Embora não possuam um caráter propriamente filosófico, essas obras funcionam como um solo fértil para a posterior elaboração teórica desse tema pela filósofa. Pouco exploradas pela literatura crítica, essas primeiras obras já se debruçam sobre a dependência feminina *versus* a emancipação das mulheres, que reaparecerá posteriormente e de maneira mais desenvolvida na *Reivindicação dos direitos da mulher* (1792).

Nessa perspectiva, na primeira seção, exploro os argumentos de Wollstonecraft sobre como a dependência é construída nas mulheres desde a infância, enfatizando sua interlocução com Edmund Burke (1729-1797) e Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), nas obras *Reivindicação dos direitos dos homens* e *Reivindicação dos direitos da mulher*, respectivamente. Na segunda seção, apresento como o efeito do hábito é tomado como uma manifestação da natureza. Na terceira seção, exploro como recursos textuais de ficção auxiliam Wollstonecraft a mobilizar os seus leitores a compreender que a dependência das mulheres é uma construção social e não algo natural ou da essência da mulher. Nesta última seção, mostro como as situações degradantes de dependência mobilizadas pela filósofa nas suas primeiras publicações contribuem para a desnaturalização da condição de dependência entre os sexos. Para realizar esse intento, mobilizo principalmente a *Reivindicação dos direitos da mulher* e as três primeiras publicações: *Pensamentos sobre a educação das filhas*, *Histórias originais sobre a vida real* e *Mary, uma ficção*.

O significado de ser dependente

Wollstonecraft considera a disparidade de força física como “a única base concreta sobre a qual se pode fundamentar a superioridade do sexo masculino” (Wollstonecraft, 2016, p. 62). Isso já seria suficiente para fazer das mulheres dependentes dos homens em diversos aspectos da vida cotidiana. No entanto, há ainda um duplo esforço por parte de filósofos em torná-las seres ainda mais dependentes. Por um lado, há o esforço de deixá-las fisicamente mais fracas em nome de um ideal de beleza, ou o esforço de reiterar e reforçar a disparidade de força física para se construir a ideia de uma dependência física intransponível em relação aos homens. Por outro lado, há o esforço de impossibilitar o desenvolvimento da razão nas mulheres. Esse esforço pode ser visto em diversas teorias educacionais da época, as quais limitam o desenvolvimento racional já nas meninas, visando apenas que elas cumpram tarefas superficiais e longe da abstração, da generalização e, portanto, das ciências. Nessas teorias, essa limitação racional se justifica de maneira vaga, em geral recorrendo à máxima de que a natureza quis assim. Aqui é importante salientar o estreito vínculo que alguns escritores fazem entre a mente e o corpo feminino: em decorrência de seu corpo fraco, as mulheres tinham pouca capacidade de ir muito além de si mesmas e, por isso, não eram dadas às ciências.

Dito isso, primeiro apresento brevemente, nesta seção, a concepção de beleza de Edmund Burke. Para ele, a beleza é uma qualidade social cujo resultado é a ordem. A beleza, vinculada à figura da mulher, teria como marca a fragilidade e a imperfeição, duas características atacadas veementemente por Wollstonecraft. Compreender esse ideal de beleza burkeano é importante para discutirmos a que modelo ideal o corpo feminino estava vinculado, isto é, para o que ele era formado e o que se esperava dele. Além disso, esse ideal de beleza de Burke nos importa por ser objeto de crítica de Wollstonecraft; a filósofa vincula a mente ao corpo de tal maneira que, se um é fraco o outro conseqüentemente também será. Em um segundo momento, apresento os argumentos de Jean-Jacques Rousseau sobre uma suposta razão deficiente das mulheres, com o intuito de contrapor as críticas de Wollstonecraft ao esforço do genebrino em fazer delas seres intelectualmente dependentes.

Edmund Burke, no tratado de estética *Uma investigação filosófica sobre a origem de nossas ideias do sublime e do belo*, argumenta que a beleza possibilita a ordem social. Ele defende que a beleza é:

Uma qualidade social, porque toda vez que a contemplação das mulheres e dos homens, e não somente deles, quando a visão de outros animais nos proporciona uma sensação de alegria e de prazer (e há muitos que causam esse efeito), somos tomados de sentimentos de ternura e afeição por suas pessoas, gostamos de tê-las ao nosso lado e iniciamos de bom grado uma espécie de intimidade com elas (Burke, 1791/2013, p. 63).

A partir dos sentimentos de ternura e afeição, os seres - humanos ou animais - inspiram entre si a vontade de estabelecer laços de intimidade. No entanto, ainda que “mulheres”, “homens” e “outros animais” sejam capazes de beleza, são as mulheres que possuem essa qualidade em mais alto grau. Nas palavras de Burke:

de modo algum a perfeição em si mesma é origem da beleza, tanto que esta qualidade, que o sexo feminino possui no mais alto grau, quase sempre está associada a uma ideia de fragilidade e de imperfeição. As mulheres sabem-no muito bem, razão pela qual aprendem a balbuciar, a andar de modo vacilante, a simular fraqueza e até mesmo enfermidade (Burke, 2013, p. 139).

A “fragilidade” e a “imperfeição” são colocadas como características supostamente naturais da feminilidade e suscitam nos homens a afeição pelas mulheres. Dessas características é que se deriva a distinção social das mulheres abastadas. Ana de Freitas Boe (2011, p. 350) argumenta que a importância da beleza está no fato de ser uma questão instrumental da ordem social britânica no século XVIII. A intérprete ressalta que a beleza seria a responsável pela manutenção social através da união matrimonial heterossexual.

Na epístola *Reivindicação dos direitos dos homens*, Wollstonecraft responde a Burke que o único resultado possível desse ideal de beleza é um corpo frágil e doente, incapaz de qualquer agência ou autodeterminação. E, como consequência, impossibilitado de tornar-se virtuoso. Nas palavras da filósofa:

Talvez as tenha convencido de que a pequenez e a fraqueza são a própria essência da beleza; e de que o Ser Supremo, ao dar às mulheres beleza no grau mais supremo, parecia comandá-las, pela poderosa voz da Natureza, a não cultivar as virtudes morais que poderiam excitar o respeito, e interferir com as sensações agradáveis que elas foram criadas para inspirar. Assim, confinando a verdade, a fortaleza e a humanidade, dentro da rígida palidez da moral masculina, poderiam argumentar, com justiça, que para serem amadas, as mulheres são de alto nível e grande distinção! (Wollstonecraft, 1790/1993, p. 45).

Ao focar nos efeitos negativos desse ideal de beleza, Wollstonecraft demonstra que as características defendidas por Burke nada mais são que meros preconceitos, instituídos como naturais e fundantes de uma educação feminina específica. O custo primário desse ideal de beleza é o comprometimento dos corpos femininos, que se estende por todo o potencial humano. Com a justificativa de preservar “a beleza pessoal - a glória das mulheres” (Wollstonecraft, 2016, p.

64), recai sobre o corpo delas uma deformação dos membros e, conseqüentemente, das faculdades.

O cuidado exacerbado com a beleza faz das mulheres reféns de qualidades efêmeras. Wollstonecraft afirma que Burke convence as mulheres de que a pequenez e a fraqueza são “a verdadeira essência da beleza” (Wollstonecraft, 1993, p. 45) e que, se o Ser Supremo atribuísse essa qualidade a elas em mais alto grau, essa qualidade as comandaria e, por isso, impediria-lhes de cultivar as virtudes morais. Assim, verdade, fortaleza e humanidade seriam reservadas apenas aos homens. E as virtudes seriam negligenciadas em nome da proteção da beleza.

Em *Reivindicação dos direitos da mulher*, Wollstonecraft retoma essa questão do corpo no debate com Rousseau, ao respondê-lo sobre a suposta inclinação natural nas meninas para tipos específicos de brincadeiras. O que ela nota é que as meninas são levadas à uma vida sedentária, enfraquecendo os seus músculos e relaxando os nervos, enquanto os meninos fortalecem suas mentes e corpos em brincadeiras ao ar livre (Wollstonecraft, 2016, p. 65). Rousseau argumenta da seguinte maneira:

Eis portanto um primeiro gosto bem-marcado: basta-vos segui-lo e regrá-lo. É certo que a menina gostaria de saber enfeitar sua boneca, fazer seus laços de mangas, seu xale, suas alfaias, suas rendas. Em tudo isso fazem-na depender a tal ponto de outrem que lhe seria mais cômodo tudo dever a si mesma. Daí a razão das primeiras lições que lhe dão: não são tarefas que lhe prescrevem, são presentes que lhe oferecem. Com efeito, quase todas as meninas aprendem com repugnância a ler e escrever; mas manejar a agulha elas o aprendem sempre de bom grado. Imaginam-se de antemão grandes, e pensam com prazer que tais talentos poderão servir-lhes um dia para se enfeitarem (Rousseau, 1762/2014, p. 314).

Aos comentários de Rousseau, Wollstonecraft responde que “sobre a inclinação natural delas - que existe desde o nascimento, independentemente da educação - para bonecas, trajes e conversas são tão pueris que nem merecem refutação séria” (Wollstonecraft, 2016, p. 65). Ainda assim, é importante que se demonstre a falsidade de tais preconceitos que impregnam as teorias políticas e educacionais a perder de vista. Com efeito, ao atribuir às mulheres tal tendência como natural, na verdade, amplia-se a dependência “por um preconceito que atribui um sexo à virtude” (cf. Wollstonecraft, 2016, p. 29). E as verdades mais simples - como o fato de homens e mulheres compartilharem do mesmo tipo de faculdade racional - são confundidas por preconceitos de caráter sexual.

Ainda em *Reivindicação dos direitos da mulher*, Wollstonecraft desmonta outra estrutura do mito da dependência natural das mulheres: a de que elas teriam uma suposta razão deficiente. Na obra *Emílio, ou Da educação*, Rousseau afirma que as mulheres teriam uma razão de caráter prático, o que implica em uma

suposta incapacidade de abstrair, especular e generalizar. No quinto livro da referida obra, Rousseau afirma que “A busca das verdades abstratas e especulativas, dos princípios e axiomas nas ciências, tudo o que tende a generalizar as ideias não é da alçada das mulheres, pois todos os seus estudos devem ligar-se à prática” (Rousseau, 2014, p. 565). Tal posição do filósofo se justifica na medida em que também considera que a educação das mulheres complementa a dos homens ao ensiná-las apenas a servi-los (idem, p. 527).

Para Wollstonecraft, isso não é mais do que uma das extravagantes quimeras do cidadão de Genebra, pois, embora a força física pareça dar certa superioridade ao sexo masculino, a filósofa argumenta que o que está em questão é o fato improvável da Providência ter criado dois tipos distintos entre si de seres humanos, dos quais uma metade a razão é completa e outra metade que ficaria à mercê da metade racional.

No entanto, Wollstonecraft tem dúvidas de que a natureza, isto é, Deus, tenha criado a mulher com um propósito diferente do homem. As mulheres são sim dotadas de uma alma e, por isso, só pode haver um caminho que guie a humanidade à virtude ou à felicidade (cf. Wollstonecraft, 2016, p. 39). O que acontece é que, na verdade, as mulheres são enganadas por toda uma estrutura social, cultural e religiosa que as inebria com a noção de que a natureza as teria feito fracas e pouco racionais. Por isso é que elas não têm a atenção voltada nem para o cuidado com o corpo, nem com a mente. Constantemente são treinadas a acreditar que sua única função é agradar aos homens, ser-lhes útil e servi-los. Sendo assim, a sistematização do conhecimento ou a disciplina necessária para cuidar da mente e do corpo ficam em segundo plano ou sequer são cogitadas (idem, p. 43). Dessa maneira, é natural que a dependência seja normalizada a ponto de parecer inescapável. E como pode a mulher desempenhar bem o papel delegado a elas de esposas e mães se forem dependentes? Nas palavras dela:

As nefastas consequências da falta de atenção à saúde durante a infância e a juventude estendem-se mais do que se imagina: a dependência do corpo produz de forma natural a dependência da mente; e como pode ser boa esposa ou boa mãe quem emprega a maior parte de seu tempo em prevenir-se ou padecer da doença? (Wollstonecraft, 2016, p. 67).

Em resumo, há nessa estrutura social algo que mantém as mulheres estagnadas em um certo estágio limitado de desenvolvimento, ao mesmo tempo que cria nelas a ideia de que essa é a sua condição *ad eternum*. Pode ser o hábito implantado durante a infância ser considerado uma verdade indubitável? É o que está em discussão na próxima seção.

O efeito do hábito tomado como uma manifestação da natureza

A expressão “efeito do hábito reiterado como uma indubitável revelação da natureza” (Wollstonecraft, 2016, p. 110) é evocada por Wollstonecraft ao se referir ao projeto educacional de Rousseau. Nesse caso, ela está se referindo ao fato de Rousseau recorrer a uma suposta predileção natural das meninas em focar toda a sua atenção e energia em atividades que se limitam à vaidade com o próprio corpo (cf. Wollstonecraft, 2016, p. 110). Ao levar adiante essa questão da suposta naturalidade das meninas com relação a assuntos referentes à beleza, no início do sexto capítulo da *Reivindicação dos direitos da mulher*, Wollstonecraft indaga:

Educadas ao estilo debilitante recomendado pelos escritores que critiquei e não tendo a menor chance, devido a sua condição de subordinação na sociedade, de recuperar o terreno perdido, é de se surpreender que as mulheres de toda a parte pareçam um defeito na natureza? (Wollstonecraft, 2016, p. 151).

Essa pergunta contém uma declaração importante: a de que a educação para as meninas, fomentada por grandes escritores, debilita as mulheres. Além disso, por estarem socialmente subordinadas, é quase impossível que elas saiam de tal condição e superem o estigma de serem “belos defeitos da natureza” (Wollstonecraft, 2016, p. 68). Disso, podemos inferir que a educação, nesse caso, atua como um sustentador de um determinado modelo social que impossibilita que as mulheres se desenvolvam física e racionalmente, e que, por outro lado, a educação poderia ser também a saída dessa condição de dependência. Wollstonecraft entende a educação como:

atenção à criança que lentamente aguçar os sentidos, formará o temperamento, regulará as paixões quando estas começarem a fermentar e fará funcionar o entendimento antes que o corpo alcance a maturidade, de modo que o homem só tenha de continuar, e não iniciar, a importante tarefa de aprender a raciocinar e pensar (Wollstonecraft, 2016, p. 41).

Já durante a infância, a educação aguça os sentidos, forma o temperamento e controla as paixões. A atividade do raciocínio começa cedo e se aperfeiçoa paulatinamente ao longo da vida. Em outras palavras, a educação é um processo inacabado, que perdura no tempo. Virgínia Sapiro (1992) nos alerta que o sentido que Wollstonecraft dá à educação é muito mais abrangente do que em geral é analisado. A intérprete diz que isso acontece porque a ideia contemporânea de educação, em geral, restringe-se a pensar o modelo institucional que se reduz ao espaço escolar. No entanto, Wollstonecraft tem uma ideia mais extensa de educação que envolve uma visão similar ao que hoje chamamos de socialização (cf. Sapiro, 1992, p. 239). Assim, Wollstonecraft não estaria interessada apenas em

pensar as habilidades e disciplinas que alguém aprenderia na escola, projeto que ela delineia no décimo segundo capítulo da *Reivindicação dos direitos da mulher*, mas sua atenção também está voltada para a formação do caráter, das virtudes e dos valores nos indivíduos. Sapiro explica que “o objetivo de Wollstonecraft era o desenvolvimento de hábitos da mente que ofereceriam à pessoa a habilidade independente de raciocinar em direção à virtude” (Sapiro, 1992, p. 240). Esse objetivo fica ainda mais claro quando Wollstonecraft afirma que:

a educação mais perfeita é, em minha opinião, um exercício do entendimento, calculado o melhor possível para fortalecer o corpo e formar o coração. Em outras palavras, para possibilitar ao indivíduo alcançar tais hábitos de virtude que o tornarão independente. De fato, é uma farsa chamar de virtuoso um ser cujas virtudes não resultam do exercício de sua própria razão (Wollstonecraft, 2016, p. 42).

O corpo e a mente são produtos importantes da equação da educação. E são os hábitos de virtude que permitem a independência. Mas o que seriam esses “hábitos de virtude”? A fim de compreender essa questão, faço o seguinte percurso: analiso os hábitos que são viciosos, que comprometem o caráter e aos quais Wollstonecraft é mais específica ao descrever.

Em *Reivindicação dos direitos dos homens*, Wollstonecraft demonstra sua preocupação pela ausência do hábito de pensar por si mesmo ao dizer que a “afeição aos pais, reverência por superiores ou antiguidade, noções de honra, ou aquele auto-interesse mundano que com astúcia mostra que a honestidade é a melhor política” não são virtudes, pois decorrem de uma “razão de segunda mão” (Wollstonecraft, 1993, p. 30). “Razão de segunda mão” porque alguém ou algo estabelece o respeito irrefletido à autoridade - o costume, por exemplo - e, portanto, não é naturalmente inferido pela razão.

Outra questão é que o hábito de pensar das mulheres se torna vicioso quando percebem que podem alcançar um tipo de poder ao mobilizar as emoções dos homens (Wollstonecraft, 1993, p. 193). E, uma vez adquirido, o mau hábito dificilmente pode ser mudado (Wollstonecraft, 1993, p. 196). Nisso é que se mostra a importância de uma educação livre do viés sexual: não permitir que os maus hábitos sejam fixados.

Em cada momento, o que Wollstonecraft afasta como sendo uma noção de mau hábito se relaciona com tudo aquilo que degrada o caráter e afasta os seres humanos das virtudes. Podemos concluir que o hábito é um exercício, voltado a independência e que se orienta pelas regras da própria razão, isto é, pelos princípios. E é papel da educação fazer com que essas regras sejam conhecidas, uma vez que a educação deve ensinar a raciocinar e pensar.

Se é apenas em *Reivindicação dos direitos da mulher* que Wollstonecraft elabora de maneira mais evidente o descontentamento com o fato de metade da humanidade ser deixada de lado no processo de desenvolvimento da razão, esse incômodo já estava presente em sua primeira publicação, *Pensamentos sobre a educação das filhas* (1786/1989). Nela, Wollstonecraft já alertava que a razão ou uma mente cultivada é o único consolo das mulheres em situações difíceis (cf. Wollstonecraft, 1989, IV, p. 32). Por isso, uma de suas recomendações é a leitura como uma atividade que as mulheres deveriam se empenhar, uma vez que é “o mais racional dos empregos da mente” (idem, p. 20). Alan Richardson (2002) analisa essa posição da filósofa como alinhada aos princípios lockeanos de independência mental. Ele explica que em *Pensamentos sobre a educação das filhas*, Wollstonecraft demonstra:

Tal como em toda a tradição lockeana, [que] esta independência mental deve ser fortemente condicionada pela adesão habitual e por princípios às coisas tais como elas são: Wollstonecraft resume os ‘artigos principais’ da educação precoce como ‘uma adesão estrita à verdade; uma submissão adequada aos superiores; e condescendência aos inferiores’ (Richardson, 2002, p. 26).

Sapiro corrobora a posição de Richardson e ressalta que Wollstonecraft arquiteta uma educação que não se apoia na dor ou na punição como ferramenta, mas no prazer em aprender e em conquistar a própria independência. Além disso, é um processo que afasta as crianças de qualquer inclinação à obediência cega, que é o que a filósofa chama de “razão de segunda mão”. Nas palavras da intérprete:

Muitas das visões de Wollstonecraft sobre como as crianças deveriam ser educadas podem derivar da relativa rejeição dela pela submissão e obediência a hierarquia e a autoridade. Ela acreditava que o aprendizado deveria ser baseado em prazer em vez da dor e através do exemplo e conversação (Sapiro, 1992, p. 240).

Portanto, no pensamento de Wollstonecraft, a educação deve assumir um papel muito mais abrangente, isto é, deve envolver não apenas a formação escolar como também a formação dos indivíduos. É nesse ponto que se salienta a importância da sociedade nesse processo de formação integral dos indivíduos. É na vida em sociedade que todos os seres humanos têm a chance de se aperfeiçoar. O sistema educacional é responsabilidade do Estado, cujo objetivo deve ser o de prover aos seus cidadãos as mesmas oportunidades. Além disso, Wollstonecraft advoga por uma interdependência entre os seres humanos, baseado na ajuda mútua. Diferente da dependência feminina, que subjuga as mulheres e as coloca em um lugar de servidão aos homens, a interdependência permite que as pessoas se auxiliem reciprocamente e, por isso, desenvolvam as suas virtudes.

Através da interdependência é possível “despertar muitas virtudes, exercitar a melhor afeição do coração humano e fixá-las em hábitos” (Wollstonecraft, 1989, IV, p. 432). Isso porque a interdependência não visa estabelecer ou reforçar uma hierarquia entre as pessoas, mas tem como objetivo estabelecer uma conexão entre elas que viabilize a contribuição entre quem precisa de ajuda e o exercício das virtudes de quem puder ajudar. Para Wollstonecraft, a vida em sociedade seria responsável por permitir que as virtudes se desenvolvam. A interdependência, portanto, é um dos processos que permite que uma razão em desenvolvimento garanta hábitos de virtude, pois se define como uma ajuda entre iguais.

Essa noção de interdependência Wollstonecraft desenvolve em *Histórias originais sobre a vida real*, ao explicar a importância do porquê de ajudar uns aos outros. Dito isso, podemos afirmar que antes de ser uma escritora de teoria política, Wollstonecraft se dedicou à ficção e à escrita de manuais de conduta e livros que mesclavam memórias e ficção. São nessas obras que ela pode exercitar os seus argumentos, de maneira a torná-los mais vigorosos com o passar do tempo. Na próxima seção, apresento como recursos narrativos de ficção são fundamentais para a argumentação filosófica dela.

A ficção como instrumento pela independência feminina

Ainda que os argumentos apresentados na seção anterior já fossem suficientes para provar a capacidade das mulheres para a independência, Wollstonecraft acrescenta a eles um poderoso recurso. Minicontos ou exemplos ficcionais que servem como modelos, compondo os argumentos, a fim de personificar a condição de dependência feminina. Em *Reivindicação dos direitos da mulher* os minicontos funcionam como um reforço ao argumento teórico, oferecendo um modelo baseado na realidade, além de serem apelativos no sentido de tornar a argumentação mais próxima da realidade do leitor.

No segundo capítulo de *Reivindicação dos direitos da mulher*, Wollstonecraft retrata os perfis dos homens instruídos à moda do exército comparando-os ao perfil das mulheres que são formadas de acordo com uma educação que não as prepara para serem independentes. A conclusão dela é a seguinte: mulheres e soldados, “satisfeitos com a natureza comum, tornam-se presas fáceis dos preconceitos e, adotando opiniões alheias, submetem-se cegamente à autoridade” (Wollstonecraft, 2016, p. 45). A educação que ambos recebem converge para o mesmo objetivo: prepará-los para a obediência cega. Esse é um dos exemplos mais marcantes da obra e que busca, ao mesmo tempo, provar que a ideia do que é uma mulher ideal

é socialmente estabelecida, de maneira que elas não podem ser consideradas naturalmente dependentes e artificiais.

Nesse sentido, esses exemplos funcionam como um apelo à igualdade entre os sexos, no sentido de questionar a naturalidade com que a dependência feminina é tomada. Barbara Taylor (2009, p. 51) afirma que a perspectiva igualitária de Wollstonecraft demanda um “nível alto de consciência de gênero”, além de desafiar convenções femininas tradicionalmente enraizadas. Assim, ao analisarmos a perspectiva inicial de Wollstonecraft sobre a dependência feminina, conseguimos rastrear em que medida o seu pensamento se aperfeiçoa e torna os argumentos pela igualdade cada vez mais fortes.

Quanto ao uso de exemplos para fortalecer os argumentos, Inna Volkova lança luz sobre como se trata de ferramentas para reforçar um ponto. Os exemplos não são um mero suplemento, pois convidam o leitor para uma análise aprofundada sobre a situação das mulheres, servindo como um veículo para o raciocínio de Wollstonecraft (Volkova, 2014, p. 894). Ainda que o uso das ilustrações possa parecer paradoxal, pois a introdução da obra ressalta que deseja evitar os “circunlóquios” da linguagem bem como deseja ser mais sóbria quanto à sua narrativa, a filósofa não se furta a elaborar pequenos contos que se “tornam um *container* [e] preservam uma mensagem moral” (idem, p. 900).

Volkova ressalta duas estratégias importantes na prosa de Wollstonecraft. A primeira é o engajamento da filósofa em mobilizar as sensações do corpo e as percepções sensoriais. A segunda, trata-se de empregar a criatividade para abrir uma fenda textual, isto é, um bloco de texto que seja diferente do restante do texto. Em outras palavras, em um texto filosófico que por natureza é argumentativo, ela acrescenta elementos do gênero de ficção. Esses movimentos não são colocados no texto à toa. No que interessa a este artigo, eles servem a três propósitos. Primeiro, mostram como o corpo pode ser colocado no centro da aprendizagem, fomentando a observação e outros apelos sensoriais a fim de criar padrões que sejam capazes de identificar, dentre outras questões, uma situação de dependência. Segundo, possibilitam que essa observação atenta seja também uma forma de fomentar o desenvolvimento racional entre as leitoras. Terceiro, ao mostrar às leitoras e aos leitores que a dependência é uma construção social, Wollstonecraft os convence do absurdo que é difundir que se trata de um traço naturalmente feminino.

É importante ressaltar que até a publicação de *Reivindicação dos direitos dos homens*, Wollstonecraft estava mais familiarizada em apresentar suas premissas e conclusões através da ficção. *Pensamentos sobre a educação das filhas*, *Histórias originais sobre a vida real* e *Mary, uma ficção* são obras ficcionais nas

quais são apresentadas a experiência da dependente. Lena Halldenius (2016) se utiliza dessa expressão para argumentar que Wollstonecraft é uma filósofa sensível aos problemas cotidianos enfrentados pelas mulheres. Repetindo os grandes teóricos, que se valem da história para provar um ponto, e que em geral recorrem à história oficial dos judeus, gregos ou qualquer outra geração anterior, Wollstonecraft se difere destes ao apresentar as minúcias, isto é, expor situações e sentimentos recorrentes para as mulheres de seu tempo. Através da observação da experiência de figuras desfavorecidas, como é o caso das mulheres e crianças, Wollstonecraft apresenta a sua investigação sobre a independência através do desenvolvimento do tema oposto, ou seja, a partir da experiência da dependente e como se constitui essa situação. É um movimento “debaixo para cima”: em busca do que significa ser independente e como alcançar essa condição, ela apresenta como é ser dependente.

A experiência da dependente nos primeiros escritos

Vinda de uma família de classe média, a biografia de Wollstonecraft é repleta de esforços para escapar da dependência financeira, reiterada ora pela herança que não recebeu, ora pela fuga de um casamento por interesse. Primeiro, a filósofa trabalha como acompanhante de uma senhora, em Bath. Depois, lança-se como escritora e publica *Pensamentos sobre a educação das filhas*, que é um manual de conduta¹ e o primeiro trabalho publicado da filósofa em 1786, logo após o fechamento da escola que manteve em Newington Green. Entre 1786-7, Wollstonecraft trabalha com a família Kingsborough, na Irlanda, como tutora das filhas do casal de nobres. Impactada pela vida viciosa que a família levava, a filósofa deixa o trabalho meses depois e promete a si mesma não aceitar trabalhos que a rebaixassem tanto assim. É nesse período em que ela escreve *Mary, uma ficção*,² obra que a acompanhou durante a sua estadia na Irlanda e traz elementos autobiográficos e memórias misturados à ficção. Com o retorno dela a Londres,

¹ A literatura de conduta data de meados do século XVII e tem como objetivo servir a novos atores sociais em ascensão, isto é, engenheiros, advogados, comerciantes e profissionais liberais que passaram a ocupar os espaços sociais e demandar a criação de um novo modelo social. Dicas de como se portar em jogos de cartas, o que ler e como se vestir eram os temas mais comuns. Geralmente de cunho conservador, era comum que esses manuais de conduta recomendassem as mulheres que ficassem sempre à sombra de um homem, demonstrando docilidade e submissão (cf. Bonfim, 2021).

² Nesse romance, há uma advertência que diz que a protagonista se pretende uma heroína diferente de personagens como Clarissa, Lady G ou Sofia (Wollstonecraft, 2004, p. 3). Em outras palavras, a filósofa propõe outro modelo de personagem feminino, diferente das personagens de Samuel Richardson (1689-1761) e Jean-Jacques Rousseau. Wollstonecraft não está interessada em compor um modelo feminino cujo propósito seja o de satisfazer o ideário masculino, mas de oferecer um modelo que contraponha e falseia esses outros modelos.

*Histórias originais sobre a vida real*³ é lançado e a partir dele a escrita se torna a sua principal fonte de renda. Ao ser convidada por Joseph Johnson, editor londrino e membro do círculo intelectual dos Dissidentes, para contribuir com a revista *Analytical Review* como jornalista e resenhista, Wollstonecraft anuncia, em uma carta para sua irmã Everina: “Se eu exercer os meus talentos através da escrita, posso sustentar-me de uma forma confortável. Serei a primeira de um novo gênero” (Wollstonecraft, 2003, p. 139).

Ser a primeira de um novo gênero significava ter a atividade da escrita como sustento financeiro, fato pouco comum para as mulheres de classe média da época. A empolgação que Wollstonecraft demonstra nessa carta, por finalmente encontrar um emprego em que ela não se sintia tão humilhada, ratifica a obsessão da filósofa em tornar-se independente. Anos mais tarde, em *Reivindicação dos direitos da mulher*, ela confirmaria que poder ganhar o seu próprio sustento é a verdadeira definição de independência (cf. Wollstonecraft, 2016, p. 115).

A preocupação com a sobrevivência econômica das mulheres é minuciosamente exposta em *Pensamentos sobre a educação das filhas*. Em especial, na seção “Situação infeliz das mulheres, educadas à moda e deixadas sem uma fortuna”, Wollstonecraft elabora uma situação muito semelhante a sua: mulheres que receberam uma educação clássica ou autodidata e que não herdaram nenhuma propriedade de sua família. Quais seriam as opções para as mulheres nessa situação? Como seria a manutenção material? As possibilidades de trabalho com alguma dignidade aventadas e experimentadas pela própria filósofa são as seguintes: acompanhante, professora ou governanta. Todas têm em comum o fato de manterem as mulheres em uma posição socialmente inferiorizada, situação constantemente lembrada por seus superiores (Wollstonecraft, 1989, IV, p. 25). No caso da mulher que presta serviços para a própria família, Wollstonecraft descreve:

Dolorosamente sensível à indelicadeza, ela está atenta a tudo, e muitos sarcasmos atingem-na, que talvez tenham sido lançados para outra direção. Ela está sozinha, afastada da igualdade e da confiança, e a ansiedade oculta prejudica a sua constituição, pois deve usar um rosto alegre, ou é despedida. O ser dependente do capricho de uma criatura semelhante, embora certamente muito necessário neste estado de disciplina, é ainda um corretivo muito amargo, o qual gostaríamos de evitar (Wollstonecraft, 1989, IV, p. 25).

³ No prefácio à obra, Wollstonecraft afirma que os conhecimentos provêm dos sentidos e que o exemplo ensina mais do que os preceitos (Wollstonecraft, 1989, IV, p. 359). A obra é organizada em histórias com o objetivo de ensinar através de situações forjadas e protagonizadas pelas irmãs Mary e Caroline, sempre acompanhadas pela governanta, a Senhora Mason, personagem responsável por ensiná-las virtudes, tais como a temperança e a caridade.

Wollstonecraft ressalta como é humilhante e, ao mesmo tempo degradante estar nessa posição de dependência econômica, sublinhando os efeitos sociais e mentais. Em uma situação como a descrita acima, é retirado das mulheres não só a possibilidade de garantir a chance de igualdade social, como também a confiança em si mesmas.

Em *Histórias originais sobre a vida real* (1788/1989), é abordado que a dependência econômica recai até sobre aquelas mulheres cuja família tem posses. Para isso, ela apresenta Anna Lofty, personagem que, após a morte dos pais, é impedida de ter acesso à própria herança por ser solteira e filha única. Refém da lei da primogenitura, Lofty sofre os efeitos de uma organização social que subjuga metade da humanidade. A alternativa é morar com parentes próximos e ela, então, vai morar com uma tia, que “a tratou como se ela fosse uma mera dependente de sua generosidade; e esperava que ela fosse uma companheira humilde em todos os sentidos da palavra” (Wollstonecraft, 1989, IV, p. 427).

É esperado que mulheres em situações como a de Anna Lofty apresentem humildade e estejam sempre disponíveis para atender e agradar a outras pessoas. Aqui, é importante fazer um adendo quanto ao comportamento que é esperado de uma mulher em uma situação como essa e como esse comportamento é produto de um ideal social. Isso fica mais claro a partir da seção intitulada “O temperamento” de *Pensamentos sobre a educação das filhas*, na qual Wollstonecraft sublinha que o temperamento, embora possa ser compreendido como traço de personalidade, trata-se de uma tarefa individual contínua e começa pelas mãos dos pais e professores. Tal apontamento da filósofa se torna importante porque, nesse processo educacional, alguns comportamentos serão censurados e outros serão encorajados. No caso das meninas, há comportamentos que são reforçados e que contribuem para a posição de dependência delas, como é o caso da humildade,⁴ da timidez e da “fraqueza mental, a qual frequentemente é confundida com boa natureza” (Wollstonecraft, 1989, IV, p. 23).

A partir disso, é possível apontar as afinidades de pensamento entre Wollstonecraft e Catharine Macaulay (1731-1791). Wollstonecraft esboça aqui o que Macaulay faria mais tarde em suas *Cartas sobre a educação* (*Letters on Education*)

⁴ É importante destacar a diferença com que a filósofa retrata a humildade em *Pensamentos sobre a educação das filhas* e como ela muda a sua posição em *Reivindicação dos direitos da mulher*. Na obra de 1786, Wollstonecraft não se opõe a humildade, ressaltando que não se trata de um traço inato da personalidade feminina, mas assim como qualquer outro temperamento de “boa qualidade, precisa ser cultivado” (1989, IV, p. 23). No entanto, em 1792 a filósofa muda radicalmente de opinião, uma vez que, para ela, a humildade “é uma tipo de autodegradação” (Wollstonecraft, 2016, p. 159). Em vez de humildade, as mulheres devem praticar a modéstia que, além de ser uma virtude, confere uma ideia adequada da própria mente e das próprias capacidades, possibilitando que elas desenvolvam uma espécie de autoestima (*enlightened self-love*) que as auxilie no processo de aperfeiçoamento racional.

(1790). Para Macaulay, o temperamento é fruto da educação escolar e doméstica. O ser humano na sociedade é totalmente artificial, e o modo com que ele é formado depende inteiramente da educação que recebeu quando jovem (Macaulay, 1790, p. 10). Wollstonecraft aponta na mesma direção, mas especificamente para o caso das meninas, indicando que elas são criadas para cumprir um imaginário que visa docilidade e obediência irrestritas. Inclusive, essa educação que cria as meninas apenas para a obediência cega tem alguns efeitos imediatos, dentre eles o de criar uma extensa passividade que impossibilita que as meninas superem a sua condição, fazendo disso seu legado.

Ademais, aquelas que se submetem aos seus maridos podem até esbanjar docilidade e servidão, mas rapidamente se transformam em tiranas com seus empregados. Isso se dá porque o medo e a tirania são faces da mesma moeda (Wollstonecraft, 1989, IV, p. 23). Torna-se um efeito em cadeia: o modo como um marido trata a sua esposa e espera que ela reaja, isto é, com medo e obediência, afeta as relações do dia a dia, de modo a perpetuar um comportamento que tende a ser tirânico porque é baseado no interesse egoísta e não no bem comum.

É extensa a crítica nas obras de Wollstonecraft ao casamento como um espaço de legitimação da dependência feminina. Por ser a principal possibilidade de sobrevivência financeira das mulheres, ela afirma que o casamento é uma “prostituição legal” (cf. Wollstonecraft, 1993, p. 21), pois frequentemente é contraído apenas para preservar ou angariar propriedades e *status* social. Em *Pensamentos sobre a educação das filhas*, o casamento precoce com vistas a sobrevivência é retratado como um interruptor do aperfeiçoamento da razão⁵ (Wollstonecraft, 1989, IV, p. 31). Isso porque a mulher deixa de lado o próprio desenvolvimento para poder cuidar e se dedicar ao marido. E quando se casa muito jovem, a mulher perde qualquer oportunidade de garantir um orgulho próprio que seja capaz de reagir a uma humilhação deliberada (Wollstonecraft, 1989, IV, p. 31). Antes, é preciso aprender a se defender e a não aceitar facilmente as afrontas de uma relação que não é equilibrada, uma vez que a mulher depende em grande medida do homem para sobreviver. Logo, o amadurecimento pessoal é interrompido pelo casamento, pois ao casar-se a mulher renuncia a si mesma para viver de acordo com o que o seu marido considera bom.

Essa situação é ainda mais tensionada em *Mary, uma ficção* (1788/2004). O casamento dos pais da protagonista é retratado como um espaço de violência

⁵ Cabe uma observação aqui: em *Reivindicação dos direitos da mulher*, Wollstonecraft defende um casamento precoce logo que acaba os estudos escolares e, conseqüentemente, o aperfeiçoamento da razão avança. A meu ver, essa mudança de perspectiva com relação ao casamento se dá porque não se justificaria apenas como um modo de sobrevivência material. Educadas com o mesmo esmero que o homem, a dependência feminina não teria mais terreno. No entanto, deixaremos essa discussão para um momento oportuno.

proposital do pai contra a mãe. Como Eliza, a mãe da heroína, foi criada à moda da época, naturalmente ela segue à risca o papel de obediência. Soma-se a isso a lealdade cega ao ideal de beleza que enfraquece os corpos, como apresentei anteriormente. Consequentemente, Eliza está constantemente doente, uma vez que seus movimentos se limitam entre o sofá e a mesa de cartas (cf. Wollstonecraft, 2004, p. 7). Esse corpo restrito e doente serve aos propósitos de seu marido, que é contrário aos “talentos femininos” (Wollstonecraft, 2004, p. 7), e se sente feliz pela indolência e constante enfermidade de sua esposa, podendo exercitar livremente a sua tirania contra a família.

O *insight* de Wollstonecraft em identificar o marido como um tirano, algo que ela fazia extensivamente em *Reivindicação dos direitos da mulher*, começa a ser elaborado em *Mary, uma ficção*. O pai da heroína é retratado como alguém violento porque é incapaz de controlar as próprias paixões. Constantemente ele submete a mulher e os filhos à violência, manipulando o medo como um poderoso recurso pela obediência da família em nome de interesses egoístas. Escravo de seus apetites, Wollstonecraft duvida que o homem possa ser tão racional, a ponto de sua inteligência valer tanto para si mesmos quanto para as mulheres.

Ao narrar uma história como essa, que é autobiográfica, Wollstonecraft valida o questionamento do poder irrestrito que os homens possuem tanto na política quanto em suas casas: “O direito divino dos maridos, tal qual o direito divino dos reis, pode, como é de se esperar nesta época iluminista, ser questionado sem perigo” (Wollstonecraft, 2016, p. 63). Além disso, como pode uma mulher renunciar à sua própria razão para se submeter a um ser tão imperfeito quanto ela?

Conclusão

Ao apresentar a experiência da dependente, explorando como é ser economicamente desamparada, ou ainda, através do casamento por interesse, Wollstonecraft pode, enfim, questionar o afastamento feminino do aperfeiçoamento da razão. Ao revelar as situações degradantes a que estão submetidas as mulheres, defendendo que a dependência é um construto social em vez de um dado da natureza, Wollstonecraft pode especular por alternativas para as mulheres. É por explorar os exemplos e narrar, nessas primeiras obras, como é a vida nos espaços limitados às mulheres que o argumento dela sobre as mulheres serem capazes de ter virtudes e conhecimento ganha força tanto na *Reivindicação* de 1790 quanto na de 1792.

As concepções de razão feminina em Rousseau e os impactos da beleza para as mulheres de acordo com Burke permitem que Wollstonecraft questione, de

maneira contundente, a ideia que ambos possuíam sobre a função social da mulher. Tanto Burke quanto Rousseau limitam a existência feminina às sensações do corpo e ao espaço doméstico, pois ignoram que a mulher compartilha da mesma humanidade que o homem. Com isso, esses teóricos dificultam o aperfeiçoamento da razão e das virtudes nas mulheres.

Neste artigo, pude apresentar alguns exemplos das primeiras publicações de Wollstonecraft, em que ao mesmo tempo, ela narra e desnaturaliza as situações de dependência. Essas obras, ainda que não tenham nem a estrutura tampouco a intenção de terem um caráter filosófico, elas servem de preparação para o que Wollstonecraft faria, começando pela *Reivindicação dos direitos dos homens*, e mais intensamente na *Reivindicação dos direitos da mulher*. Essas primeiras publicações fornecem pistas preciosas de como Wollstonecraft elabora, ao longo da sua (breve) carreira, os temas que lhe seriam caros. Este artigo é apenas o começo de uma investigação que se amplia à medida que esses primeiros textos receberem mais atenção e, principalmente, ao serem traduzidos para a língua portuguesa.

Referências

- Bonfim, S. (2021). Resenha de Pensamentos sobre a educação das meninas, de Mary Wollstonecraft. *Blogs Científicos da Unicamp: Enciclopédia Mulheres na Filosofia*. Campinas, Unicamp. Disponível em: <https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/pensamentos-sobre-a-educacao-das-meninas>
- Burke, E. (2013). *Uma investigação sobre a origem de nossas ideias do sublime e do belo* (2ª ed.). Tradução de E. Abreu. Campinas: Editora Unicamp.
- Gordon, C (2020). *Mulheres Extraordinárias: As Criadoras e a Criatura*. Tradução de G. L. Libralon. Rio de Janeiro: Dark Side.
- Haldenius, L. (2016). *Mary Wollstonecraft and Feminist Republicanism: Independence, Rights, and the Experience of Unfreedom*. Londres & Nova York: Routledge.
- Locke, J. (2005). *Dois Tratados sobre o Governo*. Tradução de J. Fischer. São Paulo: Martins Fontes.
- Macaulay, C. (1790). *Letters on Education: With Observations on Religious and Metaphysical Subjects*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Price, R. (1991). *Political Writings*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Richardson, A. (2002). Mary Wollstonecraft on education. In C. Johnson (ed.), *Cambridge Companion to Mary Wollstonecraft* (pp. 24-41). Cambridge: Cambridge University Press.

- Robbins, C. (1968). *The Eighteenth-Century Commonwealthman: studies in the transmission, development, and circumstance of english liberal thought from the restoration of Charles II until the war with the thirteen colonies*. Nova York: Atheneum.
- Rousseau, J.-J. (2014). *Emílio, ou da Educação*. Tradução de R. L. Ferreira. São Paulo: Martins Fontes.
- Sapiro, V. (2019). Virtue. In S. Bergès, E. H. Botting, & A. Coffee, *The Wollstonecraftian Mind* (pp. 323-336). Oxon & Nova York: Routledge.
- Taylor, B. (2009). *Mary Wollstonecraft and the Feminist Imagination*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Volkova, I. (2014). "I have looked steadily around me": the power of examples in Mary Wollstonecraft's *A Vindication of the Rights of Woman*. *Women's Studies* (43), 892-910. DOI: <https://doi.org/10.1080/00497878.2014.938188>
- Wollstonecraft, M. (1989). Original Stories from Real Life. In M. Wollstonecraft, J. Todd, & M. Butler (Eds.), *The Works of Mary Wollstonecraft* (Vol. IV, pp. 359-450). London & New York: Routledge.
- Wollstonecraft, M. (1989). Thoughts on the Education of Daughters. In M. Wollstonecraft, J. Todd, & M. Butler (Eds.), *The Works of Mary Wollstonecraft* (Vol. IV, pp. 1-52). London & New York: Routledge.
- Wollstonecraft, M. (1993). *A Vindication of the Rights of Men and A Vindication of the Rights of Woman*. Oxford: Oxford University Press.
- Wollstonecraft, M. (2003). *The Collected Letters of Mary Wollstonecraft*. Londres: The Penguin Press.
- Wollstonecraft, M. (2004). *Mary*. Londres: Penguin Books.
- Wollstonecraft, M. (2016). *Reivindicação dos Direitos da Mulher*. Tradução de I. P. Motta. São Paulo: Boitempo.

Recebido em: 23.03.2023

Aceito em: 02.10.2023



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.
<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>